

FEVEREIRO DE 2015

NOSSO BLOCO AGORA É PARA CONQUISTAR VALORIZAÇÃO: PARTICIPE DA ASSEMBLEIA GERAL E FAÇA COM A GENTE

A CAMPANHA SALARIAL 2015

O carnaval já passou e março inicia trazendo a **última parcela (5%) do acordo conquistado na greve de 2012.**

A nossa única forma de buscar reposição das perdas e aumento real é ajudar a fazer uma **forte campanha salarial.**

Vamos mostrar para o governo nossa disposição para **lutar pelo nosso direito a valorização.**

Participe dia **26 de fevereiro** da primeira **Assembléia Geral** do ano para iniciar nossa mobilização. Discutiremos a adesão ao Dia Nacional de Lutas, com **paralisação em 3 de março.**

Elegeremos representantes para a **Plenária Nacional da Fasubra**, que se realizará no Rio de Janeiro de 07 a 08 de março.

fevereiro
26
quinta

às 15h

Local: Auditório
da FACED

ASSEMBLEIA GERAL

Pauta

1. CAMPANHA SALARIAL 2015
2. PARALISAÇÃO DIA 3 DE MARÇO
3. ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA PLENÁRIA DA FASUBRA NOS DIAS 07 E 08 DE MARÇO (RJ)

Informes

- ATO CONTRA A EBSEH DIA 06 DE MARÇO NO RJ;
REUNIÃO DO FORUM ESTADUAL DOS SPF's
REALIZADO NO DIA 11/02 NO SINDISERF
- ASSUNTOS GERAIS

Veja nesta edição

No jornal de fevereiro da Assufrgs, você acompanha os debates realizados na

Reunião ampliada dos Servidores Federais ocorrida em janeiro, onde centrais sindicais discutiram a conjuntura pós-eleições.

Veja, ainda, as **o calendário da Campanha Salarial 2015** e as ações da ASSUFRGS no **Dia Internacional das Mulheres.**

Saiba também porque o **PL 4330**, que pode ser votado a qualquer momento no Congresso, **pode ameaçar inclusive os concursos públicos.**

CONFIRA,
AINDA, NO
DIA 26...

Às 13H30 REUNIÃO DO CONSELHO DE DELEGADOS

LOCAL: FACED

PAUTA ÚNICA:

CAMPANHA SALARIAL 2015

ARTIGO DENUNCIA DESCUMPRIMENTO DE NORMAS DE SEGURANÇA E REIVINDICA GT SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA NA UFRGS

Comunidade universitária está exposta a riscos "graças ao não atendimento a Normas e Legislação que dizem respeito à Saúde e Segurança", alerta Rui Muniz, técnico administrativo e engenheiro de formação. Grupo de trabalho foi prometido pela Reitoria e ainda não posto em prática, revela documento.

Ainda está na memória da comunidade da UFRGS a interdição do RU do Campus do Vale em setembro de 2014, depois da explosão de uma caldeira que vitimou 4 trabalhadores com ferimentos graves.



Foto: Antonieta Xavier

O acidente levou a interdição pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Também é parte do tempo presente a interdição do prédio da Psicologia depois do desabamento de parte do reboco. Estes acidentes levaram a debates e ações do Conselho de delegados e coordenação da Assufrgs. Rui Muniz escreveu artigo (que pode ser lido na íntegra no site da entidade) onde denuncia o descumprimento, pela UFRGS, de "Legislações de ocupação Predial em nível federal, estadual e municipal".

"Como resultado de inúmeros debates e acontecimentos na UFRGS, o Conselho de Delegados da ASSUFRGS, em 2014, deliberou por verificar as condições de trabalho a partir de questionários encaminhados às(aos)

Delegadas(os)", explica o documento. Como resultado dos questionários, constatou-se uma série de riscos não devidamente tratados. "Exposição a inflamáveis, queda de altura, armazenamento fora de conformidade, iluminação inadequada, sintomas físicos de condições de trabalho inadequadas, arranjos físicos inadequados, máquinas e equipamentos sem a devida proteção" são alguns dos riscos elencados por Muniz.

"Esta realidade se dá pela falta de uma Política de Segurança e Saúde para os trabalhadores, pela inexistência da real avaliação dos riscos existentes que expõem a toda a comunidade a possíveis adoecimentos e sofrimentos, bem como a inexistência de cursos de formação em SST ou existência de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva" avalia o artigo. Muniz ainda denuncia que a coordenação da Assufrgs obteve o compromisso da Reitoria de criação de GT Segurança e Infraestrutura da UFRGS. "isso até o dia de hoje não aconteceu", revela o documento.

Projeto Saúde e Segurança da ASSUFRGS

Com o objetivo de subsidiar um plano da UFRGS de prevenção e promoção da saúde e segurança, o artigo relembra que em junho de 2013 a Assufrgs criou um projeto de saúde e segurança que até o momento não pôde ser debatido com a administração central. "Os grandes beneficiários do Projeto da ASSUFRGS são todas as pessoas envolvidas nos processos acadêmicos(responsáveis, trabalhadores, estudantes, fornecedores, parceiros...). A proposta entende que todos os atores sociais que se relacionam com a UFRGS devam ser capacitados e estar em acordo com relação a aspetos referentes à saúde e segurança no trabalho" explica. O documento reitera a reivindicação do necessário diálogo: "estamos solicitando para a Administração da UFRGS que constitua emergencialmente a Comissão acordada em 05 de setembro de 2014, formada por representantes da ASSUFRGS e da comunidade universitária, para tratar da Saúde e Segurança da Comunidade Universitária".

Leia a íntegra do artigo no sítio da Assufrgs em www.assufrgs.org.br



FÓRUM ESTADUAL DOS SPFS FARÁ REUNIÃO AMPLIADA 25 DE FEVEREIRO

Data marcará o lançamento da campanha salarial unificada no Rio Grande do Sul.



Em reunião na tarde da última quarta-feira, 11, integrantes de diversas categorias de servidores federais com atuação no Rio Grande do Sul definiram que o lançamento da campanha salarial unificada no Rio Grande do Sul será feito com uma reunião ampliada do Fórum Gaúcho dos Servidores Públicos Federais, no dia 25 de fevereiro, às 19h, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no RS

(Sindisprev), que fica na Travessa Francisco Leonardo Truda, nº 40, 12º andar - Porto Alegre.

Nessa reunião ampliada, aberta aos trabalhadores das categorias participantes do Fórum, serão debatidos os passos seguintes, marcado o primeiro ato público e organizada uma assembleia unificada para o mês de março.

Representando Assufrgs esteve presente o coordenador Mario Pereira.

ILEA CONTINUARÁ OFERECENDO CAPACITAÇÃO A SERVIDORES

Além dos ciclos e oficinas, novidade será projeto de idiomas. Agenda de cursos do ILEA é divulgada em sua página no facebook e na página do servidor em atividades de capacitação.



19.01.2015

O Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados - ILEA, em 2014, promoveu diversas atividades que foram oferecidas como capacitações aos servidores da UFRGS. Entre tantas, podemos citar a Escola de Verão em parceria com a EDUFRGS e painéis do Ciclo de Estudos Avançados em Ciências e Humanidades e a Universidade do Futuro.

Em janeiro de 2015, uma nova edição da Escola de Verão aconteceu no Campus do Vale sobre metodologias informacionais, em parceria com a EDUFRGS, reunindo diversos servidores da UFRGS em 2 semanas de curso. Ainda esse ano muitas novas atividades serão oferecidas dos ciclos e Oficinas do ILEA. A novidade será o projeto Idiomas na UFRGS. Fique atento à agenda do ILEA no Facebook, na página do servidor e participe!

Fonte: ASCOM ILEA

ASSUFRGS SOLICITA RETOMADA DO GT CARREIRA E RELAÇÕES DE TRABALHO COM ESPAÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS

A partir dos encaminhamentos realizados no I Seminário Repensando a Carreira d@s Técnico-administrativ@s em Educação, em dezembro, Assufrgs enviou ofício à Direção da Fasubra para retomar o debate sobre Carreira nacionalmente.

A Coordenação da Assufrgs encaminhou, em janeiro, ofício à FASUBRA solicitando propostas conforme os encaminhamentos do I Seminário Repensando a Carreira d@s Técnico-administrativ@s em Educação, em Porto Alegre (9 a 12 de dezembro). Foram reuvidos companheiros de Universidades e Institutos, que participaram da formulação

de nosso projeto de Carreira, companheiros com mais tempo de trabalho e recém ingressantes nas IFE. Estiveram presentes, também, coordenadores da Fasubra. Ao final foram realizados grupos de trabalho que apontaram os principais pontos a serem trabalhados no debate sobre carreira que temos de fazer.



Confira, abaixo, entre as resoluções aprovadas, as seguintes propostas solicitadas à Direção da Fasubra:

1. Solicitar que na reunião anterior a Plenária dos Servidores Federais, que será realizada no final de janeiro, seja incluído um ponto de pauta sobre Retomada do Debate sobre Carreira. Que neste ponto participem companheiros/as que



estão envolvidos com este tema, das diversas posições políticas de nossa Federação;

2. A retomada do GT Carreira e Relações de Trabalho e que tenha com critério ser um espaço de elaboração de políticas propostas a base da categoria, para que sejam debatidas e encaminhadas ou não nos fóruns regionais e nacionais.

Para conferir a íntegra das discussões e resoluções dos Grupos de Trabalho, acesse o sítio da Assufrgs em www.assufrgs.org.br

INFORMES COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Alteração da denominação societária

Assessoria Jurídica da Assufrgs: O escritório Rogério Viola Coelho e Advogados Associados alterou sua denominação para Coelho, Schneider, Pereira, Monteiro Advogados Associados: RVC agora é CSPM. Em decorrência de mudanças no quadro societário, que começaram a ser implementadas no curso do ano de 2013, o escritório Rogério Viola Coelho Advogados – RVC (Assessoria Jurídica da Assufrgs) está, agora, com nova denominação: Coelho, Schneider, Pereira, Monteiro Advogados Associados – CSPM.

A equipe conta com os advogados Rogério Viola Coelho, Thiago Mathias Genro Schneider, Guilherme Pacheco Monteiro, Marco Aurélio Pereira da Silva, Luiz Tadeu Rigo, Thaís Funck de Oliveira e Ramiro Pereira da Silveira.

A localização e o telefone do escritório seguem os mesmos: Rua Sete de Setembro, 1069, sala 1410, Centro de Porto Alegre; Fone: 3023.8320. Nosso email é cspm@cspm.adv.br.

Quintos

Com relação ao 1º lote de cálculos apresentados pela ASSUFRGS, a Universidade já foi citada para pagamento e tem prazo até meados de março para apresentar eventuais impugnações.

O 2º lote está em fase final de elaboração e será apresentado em breve.

Jornal Mural

A Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho informa, também, que em março será publicado Jornal Mural/Jurídico com as informações da respectiva coordenação e do Escritório CSPM, o qual realiza assessoria jurídica para a Assufrgs.

ACESSE O BLOG DA COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO DA ASSUFRGS E CONFIRA TODAS AS INFORMAÇÕES EM WWW.JURIDICOASSUFRGS.BLOGSPOT.COM.BR

NOVOS TÉCNICOS DA UFCSPA SERÃO ACOLHIDOS EM MARÇO

Os servidores técnico-administrativos da universidade em fase de estágio probatório participarão, a partir do mês de março, de uma série de atividades do Programa de Acolhimento aos Servidores da UFCSPA.

O programa consiste na promoção da ambientação institucional aos novos técnicos, que serão apresentados às estruturas físicas e de funcionamento da instituição, receberão informações sobre o

histórico e a administração da UFCSPA, além de serem orientados sobre os aspectos éticos do serviço público. De iniciativa da Pró-Reitoria de Administração, a organização do programa é dos técnico-administrativos Fernando Gavron, Andressa Luiza Bortolaso de Oliveira e Roque Luiz Eich, sob a orientação do pró-reitor Fábio Lisboa Gaspar.

Fonte: ASCOM UFCSPA

ASSUFRGS REPRESENTADA EM REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O SEMINÁRIO NACIONAL DE VIGILANTES, EM BELO HORIZONTE

O SINDIFES realizará, entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, a Reunião Preparatória para o XXIV Seminário Nacional de Segurança, em Belo Horizonte, na casa do Sindicato. Estarão no evento os coordenadores de Políticas Sociais da FASUBRA, Rogério Marzola e Diego

Rodrigues; representantes das IFES filiadas a FASUBRA; o coordenador da Assufrgs Mozarte Simões; e os coordenadores do SINDIFES e vigilantes de sua base. A expectativa é que participem mais de 50 trabalhadores.

SERVIDORES FEDERAIS DEBATEM A CONJUNTURA DA CAMPANHA SALARIAL 2015

Em debate, a conjuntura política e econômica de um ano que promete desafios grandes aos interesses do serviço público federal. Pedro Armengol representou a CUT, João Paulo Ribeiro a CTB. Bernadete Menezes a INTERSINDICAL e Paulo Rizzo a CSP/CONLUTAS.

Mais de 350 representantes de diversas categorias do funcionalismo público federal se reuniram dias 31 de janeiro a 01 de fevereiro em Brasília (DF) na Reunião Ampliada dos SPFs. Em pauta, definição dos eixos da campanha unificada para 2015 e a agenda de mobilizações e lutas. Em debate, a conjuntura política e econômica de um ano que promete desafios grandes aos interesses do serviço público federal. Pedro Armengol representou a CUT, João Paulo Ribeiro a CTB, Bernadete Menezes Menezes a INTERSINDICAL e Paulo Rizzo a CSP/CONLUTAS.

Se tributar as grandes fortunas, o dinheiro aparece!

Pedro Armengol criticou as medidas do novo governo com o pretexto de conter a crise econômica por representarem ataques aos trabalhadores. "(...) Isso é uma barbearagem da economia", observou ele. "(...) No momento que você desestimula o consumo, você está desestimulando a arrecadação do Estado, já que o problema na ótica deles é a falta de dinheiro. Na nossa ótica não é. Nós [Brasil] somos a 7ª economia do mundo, o problema não é econômico ou financeiro, o problema é o das prioridades de ação", critica. Armengol fala ainda que os trabalhadores não podem ficar na defensiva e devem contra-atacar apresentando sua pauta. "Inclusive com a reivindicação de reformas, como por exemplo a reforma tributária. Se o país tem problema de arrecadação, vamos discutir a reforma tributária. Vamos taxar o capital, porque o capital nesse país não é tributado, só quem é tributado é o trabalho. As grandes fortunas e patrimônios não pagam imposto. Vamos discutir algo que esse fórum faz com muita qualidade, que é a questão dos juros da dívida. Se hoje você tributar as grandes fortunas, logo aparece dinheiro", rebate.

Ele também defende que uma das pautas deva ser a reforma política. "Dois terços dos deputados e senadores são representantes do capital. Sem reforma política que mude esse modelo de eleição que é dado hoje, que favorece a corrupção, por causa do financiamento das campanhas por empresas, a situação não muda", avalia.



"Nós trabalhadores do serviço público federal somos um dos alvos dessas visões conservadoras da economia. Nós teremos que divulgar que o Brasil tem dinheiro sim, o que devem mudar são as prioridades, e que nós somos trabalhadores e merecemos uma parcela dessas prioridades. Com muita unidade, podemos fazer uma mobilização mais vitoriosa do que 2012", finalizou Armengol.

Campanha salarial por política salarial permanente

João Paulo Ribeiro, representante da CTB, avalia que a composição do Congresso Nacional, que teve aumento dos representantes dos banqueiros, empresários e latifundiários, influenciou a composição do novo governo. A indicação dos nomes de Cátia Abreu, representante dos latifundiários, e Joaquim Levy, economista representante do mercado financeiro, se dão no marco do Congresso mais conservador das últimas décadas.

"A correlação piorou, são 250 deputados e senadores do lado dos empresários. E os trabalhadores? E o campo social? Nós temos 50 de 530 deputados, conforme atesta o DIAP", lamentou João Paulo. Diante desse cenário, ele defende a unidade do Serviço Público Federal em torno de uma mobilização que tenha como eixo o direito a negociação coletiva e política salarial permanente.

"As ações políticas feitas na unidade do Serviço Público Federal em chamar campanha salarial exigindo que tenha política de negociação, exigindo que tenha negociação coletiva, contra os desmandos que estão acontecendo de tentar acabar com o direito de greve, de negar a negociação coletiva, a política salarial e impor um arrocho fiscal

e retirada de direitos sociais. A única alternativa que a CTB tem é apontar o caminho da unidade na ação, a construção forte de mobilização, e se preciso for, vamos a greve geral dos servidores públicos federais", conclui.

Nós não deixaremos acabarem nossos direitos!

A Intersindical, representada pela companheira Bernadete Menezes, levantou que a conjuntura está polarizada. Se é verdade que os setores de direita se fortaleceram, os movimentos sociais também tem dado demonstrações de força como as greves da Wolkswagen, do Comperj, dos professores do Paraná. As mobilizações contra o aumento da passagem de ônibus já estão mostrando que o ano não será tranquilo. A campanha salarial dos Federais não pode esquecer o clamor das ruas que em 2013 levou milhões de jovens a reivindicar melhores serviços públicos. "Queremos aumento, somos contra a terceirização para manter a universidade pública como um dos melhores serviços públicos ofertado pelo Estado brasileiro", afirma Bernadete. "Queremos ampliar e melhorar os serviços públicos contra o desmonte do estado brasileiro e abertura aos monopólios de serviços privados. Como o povo grego que luta contra o sistema da dívida, nós não deixaremos acabarem com nossos direitos!".

Os trabalhadores não aceitam pagar a conta da crise

Paulo Rizzo da CSP/CONLUTAS entende que os ataques aos trabalhadores e movimentos sociais tem tido respostas a altura. "Nós começamos esse ano com respostas de lutas.

Houve aumento de tarifas? Teve respostas com mobilizações em todo o país. Houve demissões [dos funcionários das montadoras de SP]? Teve greves dos trabalhadores, inclusive o caso que já foi mencionado aqui da Volkswagen, que [os trabalhadores] conseguem vitória na sua luta. Nós tivemos as Medidas Provisórias [MP 664 e 665]? Houve mobilizações das centrais no dia 28, embora não tenha sido uma grande mobilização, ela existiu. O ano de 2015 começou com ataques, mas também teve respostas de mobilização", afirma Rizzo.

"É um momento de politização, onde as contradições começam a ficar evidentes. Se você pegar por exemplo a crise hídrica, está ficando cada vez mais evidente que não é um produto de um fenômeno natural, de seca ou do que for. Ela é um produto de um processo de privatização do serviço público. Um empresa como a SABESP, por exemplo, teve lucros todos esses anos, sem que houvesse investimentos em novos mananciais. Os efeitos da privatização se fazem sentir em todos os lugares em que os serviços foram terceirizados" argumenta.

Ele entende que o pensamento predominante no governo é o de manter o superávit primário, e que numa situação de crise alguém deverá pagar essa conta. "O governo tem que responder às demandas populares, mas para responder a elas, o governo vai continuar tentando jogar iniciativa privada contra servidor público, vai tentar dividir a classe trabalhadora. E nós temos que ter o esforço não só da unidade das nossas categorias do serviço público, como do conjunto da classe trabalhadora, para não pagar a conta da crise".

Rizzo anunciou que por iniciativa da CSP/CONLUTAS e outras entidades, houve reunião no dia anterior a reunião ampliada do Fórum dos SPFs, que teve como pauta a unidade na ação dos trabalhadores. "O eixo que a gente acredita que deve unificar as centrais sindicais e todos os movimentos que é 'Os trabalhadores não aceitam pagar a conta da crise'. Isso que busca expressar todo o nosso esforço e nossa disposição de luta de que os trabalhadores não aceitam pagar o ônus da crise".

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DOS TRABALHADORES, FASUBRA E ENTIDADES DOS SPFS DIVULGAM CALENDÁRIO DE LUTAS

FASUBRA convoca suas entidades de base a construir grandes mobilizações já no início de março. Dia 03 está marcado Dia Nacional de Paralisação nas Universidades.

“Nesse movimento, resgataremos a totalidade de nossa pauta, com destaque para o aprimoramento da carreira, a luta pela democratização das IFES, a campanha contra a EBSEH, e a defesa de um índice de reposição salarial frente às nossas perdas”, observa documento. A FASUBRA esclarece que o Dia 03 terá um significado de demonstrar ao novo governo “a

primeira demonstração nacional de capacidade de organização”. “Não podemos seguir com a indefinição do processo negocial estabelecida no final do ano passado, bem como precisamos recuperar a agenda de reuniões da CNSC, sob pena de serem elevados os prejuízos dos trabalhadores e das Instituições” alerta.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

- 1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias.
- 2. Índice linear de 27,3%.
- 3. Anulação da reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares.
- 4. Extinção do fator previdenciário.
- 5. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
- 6. Incorporação de todas as gratificações produtivistas.
- 7. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores. Repudiar toda forma de terceirização, precarização e privatização.
- 8. Concurso público pelo RJU.
- 9. Combate a toda forma de privatização.
- 10. Pela aprovação da PEC 555 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados.
- 11. Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais.
- 12. Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.
- 13. Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.
- 14. Reafirmar paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- 15. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo às carreiras.

PELA REVOGAÇÃO DO FUNPRESP E DA EBSEH

CONFIRA O CALENDÁRIO COMPLETO DE MOBILIZAÇÕES DIVULGADO

PELA FASUBRA E PELO FÓRUM DOS SPFS

Fevereiro

25 - Ato de lançamento da campanha salarial 2015 no MPOG(Bloco K), com concentração às 9h/ Dia Nacional de luta com atos, assembleias e paralisações nos estados.

28/02 e 01/03 - Reunião entre Fasubra e Coordenação Vigilantes – Belo Horizonte - MG

Março

03 - Dia Nacional de Paralisação nas Universidades

06 - Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSEH; Março : Jornada de Luta nos estados, com discussão sobre indicativo de greve.

07 e 08 Plenária Nacional da FASUBRA, no Rio de Janeiro

Abril: 07, 08 e 09/04 - Jornada Nacional de Lutas, em Brasília, com discussão sobre indicativo de greve dos SPFS

PL 4330 PL QUE AMEAÇA CONCURSOS PÚBLICOS PODE SER VOTADO NA CÂMARA

FASUBRA, Assufrgs e demais entidades e centrais sindicais convocam suas bases para se mobilizarem contra a PL 4330, que abre a porteira para uma terceirização desenfreada que pode inclusive comprometer a realização de concursos públicos em todas as esferas.



O PL 4330/04, que expande a terceirização, foi desarquivado nesta terça-feira (10/02/15). De autoria do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto está pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

A votação do projeto em plenário depende do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que precisa incluir a matéria na ordem do dia. Essa decisão

é tomada no âmbito do Colégio de Líderes. Nesta fase do debate sobre o tema, o movimento sindical precisa ficar atento, pois há forte tendência de o projeto ir à frente, tendo em vista a composição da Câmara empossada no dia 1º de fevereiro de 2015. Recentemente a UFRGS protagonizou uma luta vitoriosa das terceirizadas da empresa MULTIÁGIL, que conseguiram melhorias nas suas condições de trabalho mobilizadas em greve.

PL 4330 é uma ameaça aos concursos públicos

O Bacharel em Administração José Wilson Granjeiro alerta sobre os riscos desse Projeto de Lei para a organização do trabalho e para o princípio do concurso público. “[A proposta] simplesmente libera a terceirização para a atividade-

fim (principal) da empresa – o que hoje é proibido – e permite subcontratações sem limite. Em outras palavras, se o projeto se transformar em lei, um contrato de prestação de serviços poderá ser repassado para uma segunda empresa, desta para uma terceira, e assim sucessivamente”, explica Granjeiro. Para ele, a terceirização de atividades-fim também se aplicaria a concursos públicos. “Estará aberta a porteira para contratações sem concurso, num retrocesso inimaginável, depois de 25 anos da consagração desse princípio na Constituição de 1988 também para as empresas estatais. Ou seja, o projeto vai na contramão do processo de moralização na área de pessoal do serviço público”, avalia Granjeiro.

Fonte: DIAP e Congresso em Foco

APOSENTADOS

1) A Assufrgs entrou em contato com o Senador Lasier Martins para solicitação de agenda com tal, a fim de discutir o Reposicionamento dos Aposentados. O Gabinete do Senador sinalizou que terá prazer em receber os representantes da Assufrgs, e pediu prazo de 20 dias (a datar de 13 de janeiro) até que o escritório do mesmo esteja reestruturado para receber os movimentos.

2) Márcio Almeida Espíndola, Superintendente-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, encaminhou ofício a Coordenação de Assuntos de Aposentadoria da Assufrgs, em 6 de janeiro, confirmando recebimento do Ofício n 204/2014 do Sindicato. O ofício reivindica apoio no sentido de aprovar-se o Projeto de Lei do Senado n 53/20141, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe alterar o artigo 15 da n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005, a fim de dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da lei.

O Ofício da Assufrgs foi remetido ao Senador Renan Calheiros, solicitando especial atenção às reivindicações apresentadas, que retornaram com correspondência firmada pelo Órgão competente. Após sinalização do Senador Renan Calheiros, a solicitação de apoio foi anexada no processo do PLS n 53, de 2013, no dia 16 de dezembro de 2014

ALTERNATIVAS DOS TRABALHADORES À CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA

O GOVERNO APRESENTA MEDIDAS PREJUDICIAIS AOS TRABALHADORES COM O PRETEXTO DE COMBATER A CRISE ECONÔMICA. A MÍDIA DESMORALIZA DIARIAMENTE A PETROBRAS COM O PRETEXTO DE AVERIGUAR AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO, APROFUNDANDO A CRISE POLÍTICA. FRENTE A ISSO, CENTRAIS SINDICAIS E PETROLEIROS APRESENTAM OUTRAS ALTERNATIVAS.



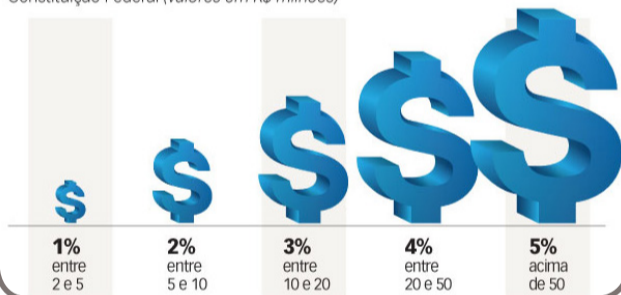
Que os ricos paguem a conta: pela taxaço das grandes fortunas, independente de ter ou não crise econômica

Uma pequena tributação sobre as grandes fortunas daria muito mais resultado do que penalizar trabalhadores, defendem especialistas, deputados e centrais sindicais

Diante das iniciativas do governo, com medidas provisórias que retiram renda do trabalhador sob o pretexto de conter a crise econômica, centrais sindicais e economistas reagem argumentando que os trabalhadores não devem pagar a conta. Como saída às medidas prejudiciais aos trabalhadores, argumentam que se o país precisa arrecadar mais dinheiro, que o faça em cima das grandes fortunas e patrimônios.

Projeto de IGF

O Imposto Sobre Grandes Fortunas regulamentaria um dos artigos da Constituição Federal (valores em R\$ milhões)



O coordenador do DIEESE José Prado de Oliveira Silvestre pronunciou-se a respeito das Medidas Provisórias 664 e 665, que dificultam acesso ao seguro desemprego,

abono salarial e outros benefícios aos trabalhadores. "O governo obteria resultados muito mais expressivos se tributasse fortunas, aumentasse o imposto das instituições financeiras e eliminasse o rentismo, beneficiado por transferência de recursos equivalentes a 40% do orçamento".

Elaborado pelos deputados do PSOL Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP) e Luciana Genro (RS, atualmente sem mandato), o projeto do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) busca regulamentar o inciso VII do artigo 153 da Constituição Federal. Ele determina que o imposto incida sobre todo patrimônio superior a R\$ 2 milhões. Para os contribuintes com patrimônio entre R\$ 2 milhões e

R\$ 5 milhões, a taxaço prevista é de 1%, progredindo para 2% (entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões), 3% (de R\$ 10 milhões e R\$ 20 milhões), 4% (de R\$ 20 milhões e R\$ 50 milhões) e 5% para fortunas acima de R\$ 50 milhões.

As centrais sindicais estão mobilizadas e têm proposto para o governo essa alternativa de arrecadação, como forma de não retirar direitos dos trabalhadores.

Fonte: Carta Capital, Brasil Atual e Portal Vermelho

Crise Política? Políticos corruptos são financiados por empresas

A corrupção é tema comum dos grandes jornais, ainda mais agora com as denúncias envolvendo a Petrobras e Operação Lava Jato. O que pouco se divulga nesses noticiários é que todo o político corrupto tem alguém que o corrompa. As campanhas eleitorais recebem milhões de reais em doações de grandes empresas. O resultado óbvio disso é que os patrocinadores cobram retorno de seus investimentos aos políticos eleitos. Essa é a

principal origem da corrupção.

O Supremo Tribunal Federal está julgando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 4650) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que visa tornar inconstitucional o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. O argumento da OAB é o de que a Constituição determina que todo o poder emana do povo, e que as empresas não podem ser consideradas povo. Ao financiarem candidatos, as

empresas estariam ferindo a Constituição. A ADIN já teve seis votos favoráveis de ministros do STF, mas está há dez meses paralisada após o pedido de vistas do Ministro Gilmar Mendes.

O cientista político da UniRio João Roberto Lopes Pinto comentou em entrevista a Revista Fórum a demora do ministro do STF em devolver a ADIN. "Isso mostra a relação do STF com o poder

econômico. É completamente insustentável a postura do Gilmar Mendes", afirma.

Com informações do Portal Fórum



Crise Política? Petroleiros lançam Manifesto em defesa da Petrobrás no Rio de Janeiro

No próximo dia 24 de fevereiro, representantes dos movimentos sociais farão um grande ato no Rio de Janeiro para lançar o Manifesto em Defesa da Petrobras e do Brasil. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) denuncia campanha de desmoralização da Petrobrás "para facilitar sua captura por interesses privados, nacionais e estrangeiros".

Embora os petroleiros apoiem as investigações e punições dos

eventuais culpados, denunciam que a mídia está fazendo um pré-julgamento "que dispensa a prova, suprime o contraditório, e busca constranger os tribunais". Na convocatória para a atividade, a FUP defende que "a Petrobras é nossa, pertence ao povo brasileiro, foi conquistada na luta e será defendida na luta. Jamais aceitaremos sua privatização".

Para ler a íntegra do manifesto e saber como assinar, acesse o sítio www.fup.org.br. O evento ocorrerá a partir das 19 horas na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que fica no centro do Rio Janeiro.



CAMPANHA

"PARA EXPRESSAR A LIBERDADE" COLETA ASSINATURAS PARA UM PROJETO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

Projeto precisa de 1,4 milhão de assinaturas para chegar ao Congresso Nacional. Mobilização pela internet e movimentos sociais tem sido a estratégia para alcançar a meta.

O projeto de lei de iniciativa popular (PLIP) "Para expressar a liberdade" tem como objetivo regulamentar os artigos da Constituição que falam de comunicação. A nossa Constituição proíbe a formação de monopólios da mídia. Mas apesar disso, menos de dez famílias concentram as principais empresas de jornais, revistas, TVs e sites de comunicação do país. Não existe complementariedade,

também prevista na Constituição, entre os sistemas público, privado e estatal. Além disso, rádios e TVs comunitárias, criadas para ampliar a liberdade de expressão, são criminalizadas pelo governo. Assine o abaixo assinado para que o PLIP ingresse no Congresso Nacional Saiba como no sítio www.paraexpressaraliberdade.org.br



DIREÇÃO DA FASUBRA: PROJETO DE LEI DO DIREITO DE GREVE É "RETROCESSO QUE PRECISA SER DERROTADO COM UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL"

A direção da FASUBRA escreveu análise sobre projeto de lei 327/2014 que objetiva regulamentar o direito de greve do funcionalismo público. O projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB) foi considerado um retrocesso pela direção da entidade. "Caso esse projeto seja aprovado, além de não ter direito a negociação coletiva anual, os trabalhadores terão o direito de greve repleto de amarras. Tal situação serve aos ataques e ajustes que o governo tem como plano para responder as vicissitudes da crise econômica mundial atendendo aos interesses do capital. Portanto, um retrocesso!", afirma o documento.

A análise convoca o conjunto do movimento sindical à luta contra o relatório do senador Jucá por apresentar "elementos antidemocráticos". O texto informa ainda que tal projeto já foi aprovado em comissão mista no congresso nacional. Dentre os pontos destacados pelo documento, está a "suspensão do pagamento referente aos dias

não trabalhados". No artigo 13 do referido projeto, são considerados "efeitos imediatos da greve a suspensão do pagamento da remuneração correspondente aos dias não trabalhados". Para a FASUBRA, esse dispositivo "trata-se de uma manobra que aterroriza a iniciativa dos trabalhadores se organizarem para a greve cerceando tal direito democrático".

O projeto de lei ainda veda a contagem dos dias de greve para fins de aposentadoria e contagem de estágio probatório. Para a FASUBRA, "fica institucionalizado uma espécie de assédio moral e punição aos trabalhadores que aderirem a determinada greve de sua categoria. O texto determina a obrigação de se manter em atividade



o mínimo de 60% para serviços essenciais e 40% para serviços não essenciais, caso contrário à greve será considerada ilegal. "A greve dos TAE nessas condições estaria impedida de acontecer na prática por não conseguir paralisar quase nenhum órgão importante que sirva para negociar qualquer que seja as reivindicações econômicas", critica a FASUBRA.

O projeto ainda proíbe a greve nas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, inviabilizando a manifestação dos trabalhadores nesses ambientes, independente de quais forem as condições de seu trabalho.

A FASUBRA conclui a análise considerando que o projeto de lei que regulamenta o direito de greve "tem o objetivo central de limitar um direito garantido na constituição federal". Tendo isso em vista, a entidade convoca a "construção de uma ampla unidade no movimento sindical" com o objetivo de "derrotar essa iniciativa que avança no congresso nacional". Faz um chamamento às suas entidades de base para que se mobilizem em todo o país para derrotar esse projeto de lei.

A íntegra da análise da FASUBRA está disponível em www.fasubra.org.br.

OITO DE MARÇO: ASSUFRGS PARTICIPARÁ DE CAMINHADA NO BRIQUE DA REDENÇÃO

GT mulher se reunirá dia 25 na Assufrgs para organizar caminhada do dia 08 de março, às 10 h no Brique da Redenção. Tod@s convidad@s não só para as atividades, mas para a luta diária pela emancipação da mulher

O Dia Internacional da Mulher mobiliza as mulheres em todo o mundo desde o ano de 1910. Nesse dia, as mulheres ocupam as ruas para lutar por mais conquistas e combater os retrocessos e perdas de direitos. Infelizmente, vemos a cada ano que a data foi banalizada, virou dia de mulher receber uma rosa e ouvir um "parabéns por ser mulher", com mensagens que reforçam os estereótipos de beleza, doçura, sensibilidade, pureza, maternidade, etc. Mulheres não são flores de estufa, mulheres são fortes, dignas e capazes de realizar qualquer tarefa que se propuserem!

A ASSUFRGS comemora este Dia Internacional da Mulher sem esquecer por um minuto que todo dia é dia de lutar por um mundo sem machismo. Lutar para que a Lei Maria da Penha seja efetivamente implantada, com centros de referência, casas

abrigo, delegacias de mulheres, juizados especializados. E para além disso, que as mulheres consigam cada vez mais participar em todos os espaços de decisão da sociedade, seja no trabalho, no sindicato, na política.

O movimento sindical da FASUBRA deu um grande

passo ao aprovar a resolução que garante a participação de mulheres com filhos de zero a onze anos nas atividades de militância como plenárias nacionais, instituindo creches nesses momentos. Agora a luta é fazer valer essa resolução. Na Assufrgs, o GT Mulher, coordenado por Andréa Ferreira e Maria Luiza Ramos, fomenta debates e ações sobre questões do dia a dia da Mulher. E no decorrer de 2014, o GT

companheiras do GT Mulher, bem como tod@s que se interessam, que compareçam as Atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher. Uma das atividades já programada é a Caminhada, que será na manhã dia 08 de março (domingo) às 10 horas no Brique da Redenção. A atividade está sendo realizada em parceria com o SIMPA e outras entidades.

Estamos em luta diária contra a violência sexista, pela legalização do aborto, valorização do nosso trabalho e estamos solidárias às lutas anticapitalistas e antiimperialistas travadas no Brasil e no mundo. Por isso, neste Dia Internacional de Luta das Mulheres, convocamos todas e todos aqueles(as) que defendem uma sociedade mais justa e igualitária, sem opressão e exploração, a se somarem a nossa luta. Ainda há muito que conquistar!



teve atividades onde debateu: a creche, a violência contra a mulher e a saúde da mulher. Convidamos todas as